



Boletim Agroclimatológico Mensal

Setembro/ 2026



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
E PECUÁRIA



Coordenadora da Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada (CGMA)

Marcia dos Santos Seabra

Coordenação de Agrometeorologia (COAMET)

Danielle Barros Ferreira

Colaboradores

Anderson Haas Poersch

Antônio Carlos da Silva Júnior

Laísa Faria Viana

Sandro Lúcio Silva Moreira

Copyright © 2019 – Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Boletim Agroclimatológico / Instituto Nacional de Meteorologia.

v. 65, n. 09, 2026.

Brasília: INMET, 2026.

Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/>

ISSN: 2447-5203

Publicação mensal

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Análise das condições climáticas no Brasil em agosto de 2026	5
3. Prognóstico agroclimático para o período de setembro, outubro e novembro de 2026.....	13
4. Condições oceânicas observadas e tendências	22

2. Análise das condições climáticas no Brasil em agosto de 2026

O mês de agosto de 2026 foi marcado por chuvas irregulares em grande parte do território brasileiro. Os maiores acumulados de precipitação concentraram-se na Região Sul, no sul de São Paulo e na faixa litorânea do Nordeste, onde os totais mensais superaram 90 mm (tons em verde e azul na Figura 1). Nessas áreas, as condições hídricas favoreceram a manutenção de elevados níveis de armazenamento de água no solo, com valores superiores a 70% da Capacidade de água disponível (CAD) (tons de azul na Figura 2). Em contraste, grande parte do Centro-Oeste, do centro-norte de Minas Gerais, do interior do Nordeste, do leste do Amazonas, de Roraima, do Tocantins e grande parte do Pará registaram acumulados mensais inferiores a 40 mm (tons de laranja e amarelo na Figura 1), resultando em menores níveis de armazenamento de água no solo. O cenário mostrou-se mais crítico no Mato Grosso, Goiás, norte do Mato Grosso do Sul, Tocantins, sudeste do Pará, sul de Rondônia, Minas Gerais, oeste do Espírito Santo e interior do Nordeste, onde os níveis de armazenamento de água no solo permaneceram inferiores a 15% da capacidade de água disponível (tons em laranja e vermelho na Figura 2).

Na **Região Norte**, os maiores acumulados de chuva concentraram-se no leste do Amapá, em áreas do sul do Amazonas e na mesorregião do Marajó, onde os totais mensais superaram 50 mm (tons de verde na Figura 1). Nessas localidades, os elevados volumes de chuva observados ao longo do mês foram favorecidos pela grande disponibilidade de calor e umidade, condições que favoreceram a formação e a manutenção de áreas de instabilidade. Entre os maiores acumulados registrados no período, destacaram-se as estações meteorológicas de Belém (PA), com 164,4 mm; Macapá (AP), com 97,0 mm; Boca do Acre (AM), com 88,8 mm e Porto Grande (AP), com 52,8 mm. Esse cenário favoreceu a manutenção de níveis satisfatórios de armazenamento de água no solo nessas áreas, com valores superiores a 60% da Capacidade de Água Disponível (CAD), contribuindo para a reposição hídrica do solo e para a manutenção das atividades agropecuárias (tons de azul na Figura 2).

Em contrapartida, em áreas do interior do nordeste do Pará, os baixos acumulados de chuva e os reduzidos níveis de armazenamento de água no solo resultaram em condições menos favoráveis às lavouras de feijão de terceira safra em fase de floração e enchimento de grãos. A restrição hídrica durante esse período crítico do ciclo pode ter comprometido o processo reprodutivo e o enchimento dos grãos, elevando o risco de redução da produtividade, principalmente nas áreas de sequeiro. Por outro lado, para as lavouras de milho de terceira safra em Roraima, a predominância de tempo mais seco foi benéfica,

sobretudo nas áreas em que a cultura já havia atingido ou estava próxima da maturidade fisiológica. Essas condições favoreceram a redução da umidade dos grãos e o avanço das operações de colheita. Além disso, a menor ocorrência de precipitações contribuiu para reduzir as perdas associadas à deterioração dos grãos e minimizar as dificuldades operacionais no campo, favorecendo maior eficiência das operações e melhor qualidade do produto colhido.

Na **Região Nordeste**, os maiores acumulados de chuva concentraram-se ao longo da faixa litorânea do Rio Grande do Norte, da Paraíba, Pernambuco e de Alagoas, com totais mensais superiores a 90 mm (tons em verde na Figura 1). Esses elevados volumes mensais estão associados à convergência de umidade em baixos níveis e à presença de áreas de instabilidade, que favoreceram a organização de sistemas convectivos e resultaram nos altos acumulados observados nessas áreas. Entre os municípios com maiores volumes registrados, destacam-se Recife (PE), Itapissuma (PE), Maceió (AL) e João Pessoa (PB), com 255,8 mm, 163,4 mm, 102,2 mm e 100,0 mm, respectivamente. Esses acumulados contribuíram para a manutenção de elevados níveis armazenamento de água no solo, com valores superiores a 60% da capacidade de água disponível (CAD) em grande parte dessas áreas (tons em azul na Figura 2). Esse cenário contribuiu para a manutenção de condições favoráveis à disponibilidade hídrica na faixa litorânea leste, beneficiando as lavouras de milho de terceira safra do Leste Alagoano e as áreas de cultivo próximas ao litoral, que atravessaram as fases de enchimento de grãos e maturação sob umidade de solo adequada.

Em contrapartida, no Maranhão, Piauí, Ceará, oeste do Rio Grande do Norte, sertão da Paraíba, oeste de Pernambuco, oeste de Alagoas e em grande parte da Bahia, os acumulados mensais de chuva permaneceram inferiores a 30 mm. A baixa reposição hídrica observada nessas áreas resultou em expressiva redução da umidade no perfil do solo, com níveis de armazenamento abaixo de 5% da Capacidade de Água Disponível (CAD) (tons em laranja e vermelho na Figura 2).

No Semiárido nordestino e na região do SEALBA (Sergipe, Alagoas e Bahia), a associação de baixos acumulados de chuva, temperaturas elevadas e a reduzida disponibilidade hídrica no solo intensificou as condições de estresse hídrico e térmico nas lavouras de sequeiro de milho de terceira safra, que atravessaram as fases mais sensíveis como a floração e o enchimento de grãos. O baixo acumulado de chuvas na região comprometeu processos fisiológicos essenciais, como a polinização, à formação e enchimento dos grãos, resultando em expressiva redução do potencial produtivo, especialmente no nordeste da Bahia. Por outro lado, as áreas irrigadas do oeste e centro norte da Bahia preservaram adequado suprimento hídrico, o que proporcionou condições favoráveis ao desenvolvimento das culturas e à manutenção de elevado potencial produtivo.

Em contrapartida, nas áreas do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) onde as culturas se encontravam em fase final de ciclo, a predominância de tempo mais seco favoreceu a maturação fisiológica do algodão e feijão de segunda safra, contribuindo para a redução da umidade dos grãos e dos capulhos, o avanço das operações de colheita e a manutenção da qualidade da produção.

Na **Região Centro-Oeste**, os acumulados de chuva superiores a 40 mm ficaram restritos a áreas do sul do Mato Grosso do Sul (áreas em verde na Figura 1). De modo geral, os acumulados foram baixos, com valores superiores a 20 mm apenas na faixa oeste do Mato Grosso e centro-norte do Mato Grosso do Sul. Nas demais áreas da região, predominou a atuação de massas de ar seco, dificultando a formação de nuvens carregadas e, conseqüentemente, resultando em baixos acumulados de chuva. Os maiores volumes do período foram registrados em estações meteorológicas do Mato Grosso do Sul, com destaque para Ponta Porã (MS), com 98,8 mm; Amambai (MS), com 80,8 mm; e Sidrolândia (MS), com 61,6 mm de precipitação acumulada no mês. No início de agosto, áreas de instabilidade avançaram sobre o Mato Grosso do Sul, com maior intensidade no sul do estado, favorecendo acumulados significativos de chuva para o período. Esses eventos contribuíram para elevar o armazenamento de água no solo, com valores superiores a 30% da capacidade de água disponível, especialmente nas áreas do extremo sul do Mato Grosso do Sul, representadas pelos tons de verde na Figura 2.

Essa condição favoreceu as pastagens e as lavouras de milho segunda safra semeadas tardiamente no centro-sul de Mato Grosso do Sul. Entretanto, nas demais áreas, a baixa disponibilidade hídrica restringiu o desenvolvimento das culturas de sequeiro. Em contrapartida, a sequência de dias secos favoreceu o avanço da colheita do algodão e do milho segunda safra, especialmente pela maior facilidade para as operações de campo e para a secagem dos produtos. No algodão, o cenário também foi favorável à maturação das maçãs e à abertura dos capulhos, contribuindo para a manutenção da qualidade da fibra. Para o feijão e o trigo, cultivados em áreas irrigadas, o fornecimento suplementar de água tem reduzido os efeitos da baixa disponibilidade hídrica e contribuído para a manutenção do potencial produtivo.

Na **Região Sudeste**, os acumulados de chuva superiores a 50 mm ficaram restritos ao extremo sul de São Paulo, leste de Minas Gerais, centro-sul do Espírito Santo e ao estado do Rio de Janeiro (tons de verde-escuro na Figura 1). Durante o mês de agosto, predominou a atuação de ar seco sobre áreas do norte de São Paulo e do oeste e norte de Minas Gerais, resultando em acumulados inferiores a 30 mm no período. Os maiores volumes foram registrados em estações meteorológicas do Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para Teresópolis (RJ), com 191,0 mm; Iguape (SP), com 182,0 mm; e Barra do Turvo (SP), com 168,6 mm. Ao longo de agosto, áreas de instabilidade avançaram sobre o sul e leste da

região, elevando os acumulados de chuva em comparação aos meses anteriores. Esse maior aporte de umidade contribuiu para a manutenção do armazenamento de água no solo acima de 30% da capacidade de água disponível, especialmente nas áreas que receberam os maiores volumes de chuva (Figura 2).

Nas demais áreas, a combinação de baixos volumes de chuva e temperaturas elevadas aumentou a demanda atmosférica por água, exigindo maior atenção ao manejo da irrigação, especialmente nas lavouras de feijão do noroeste de Minas Gerais. As condições de menor umidade também favoreceram as operações de colheita de milho, algodão, trigo e feijão. No algodão, contribuíram para a manutenção da qualidade da fibra; no trigo irrigado, a maior disponibilidade de radiação solar favoreceu o enchimento de grãos e a maturação.

Na **Região Sul**, os acumulados de precipitação foram mais expressivos no setor leste da região e sul do Rio Grande do Sul, com volumes superiores a 150 mm (tons de azul na Figura 1). Ao longo do mês de agosto, ocorreram frequentes passagens de sistemas frontais, com destaque para um sistema que permaneceu estacionário na altura da divisa entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, provocando inundações e alagamentos em lavouras e estradas. Além disso, foram registrados episódios isolados de queda de granizo e vendavais, que causaram perdas significativas nas lavouras atingidas. Os maiores acumulados ocorreram no sul do Rio Grande do Sul, destacando-se as estações de Jaguarão (RS), com 337,4 mm; Bagé (RS), com 288,2 mm; Santa Vitória do Palmar (RS), com 258,7 mm; e São Lourenço do Sul (RS), com 249,1 mm. A persistência de nebulosidade, associada aos elevados volumes de chuva, contribuiu para a manutenção de altos níveis de armazenamento de água no solo, superiores a 70% da capacidade de água disponível (CAD) em todo o Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no centro-sul do Paraná (tons de azul na Figura 2).

A persistência de nebulosidade na região, associada aos elevados volumes de chuva e à baixa disponibilidade de radiação solar, limitou o desenvolvimento das culturas de inverno e reduziu as oportunidades para a realização das operações de manejo. A menor quantidade de períodos favoráveis também dificultou a aplicação de fertilizantes e produtos fitossanitários, aumentando a atenção necessária ao controle de doenças, especialmente da giberela (*Fusarium graminearum*) nas lavouras de trigo, favorecida pelo ambiente úmido. Além disso, episódios de geada foram registrados principalmente nas áreas de maior altitude do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As lavouras de canola e trigo em estádios mais avançados apresentaram danos, cuja extensão deverá ser melhor avaliada durante a colheita. Nas pastagens, a baixa luminosidade retardou o rebrote, mesmo com disponibilidade adequada de água no solo. Diante disso, foi necessário maior controle da lotação e da distribuição dos animais nos piquetes, a fim de reduzir o pisoteio e preservar a capacidade de recuperação das áreas. No Paraná, por outro lado, houve condições mais favoráveis ao avanço da colheita do milho segunda safra, principalmente no centro-norte do

estado, onde a maior ocorrência de períodos secos ampliou as oportunidades para as operações de colheita e armazenamento dos grãos.

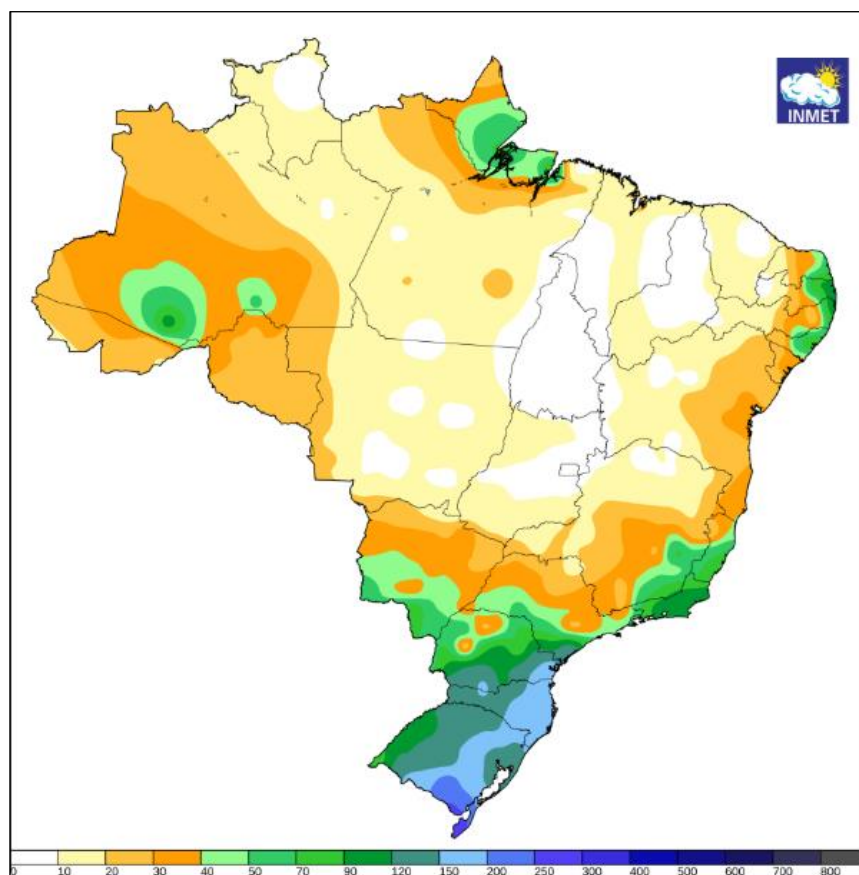


Figura 1 – Precipitação acumulada (mm) em agosto de 2026. Fonte: INMET.

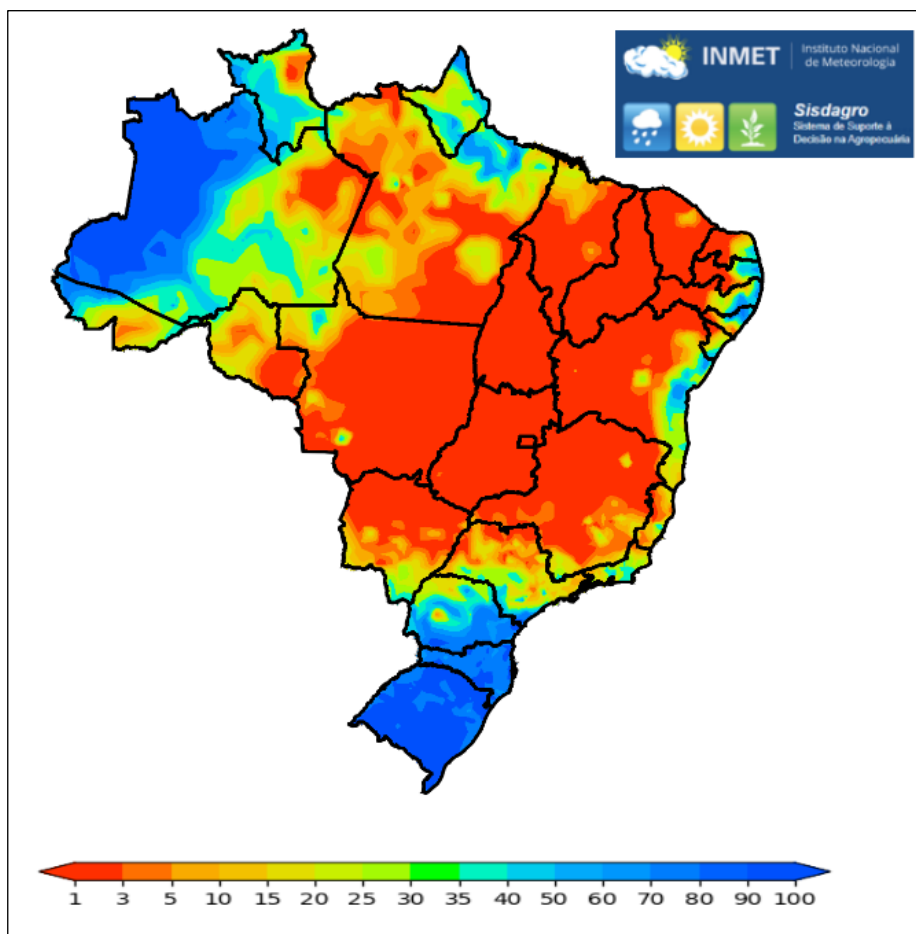


Figura 2 – Armazenamento relativo de água no solo (ARM/CAD, %) observado em agosto de 2026. Fonte: Sisdagro/INMET.

O mês de agosto foi marcado por temperaturas máximas médias superiores a 30 °C em grande parte das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de áreas de Minas Gerais, noroeste de São Paulo e extremo norte do Paraná. Valores superiores a 36 °C (tons de vermelho-escuro na Figura 3a) foram registrados em áreas do noroeste de Goiás, extremo norte de Mato Grosso do Sul, centro e leste de Mato Grosso, leste de Rondônia, sudoeste do Pará, grande parte do Tocantins, sudoeste e leste do Maranhão, grande parte do Piauí e extremo leste do Ceará.

Por outro lado, temperaturas máximas médias inferiores a 28 °C (tons de amarelo e laranja na Figura 3a) ocorreram no leste da Paraíba e de Pernambuco, nordeste de Sergipe, leste da Bahia, leste e sudeste de Minas Gerais, centro-sul do Espírito Santo, grande parte do Rio de Janeiro, leste de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na Região Nordeste, a maior presença de umidade proveniente do oceano Atlântico favoreceu o aumento da nebulosidade, reduzindo a elevação das temperaturas durante o período da tarde, especialmente no setor leste da região. Já na Região Sudeste, a atuação de sistemas frontais sobre o sul e leste da região também contribuiu para o aumento da nebulosidade e para a ocorrência de temperaturas máximas mais amenas ao longo do mês.

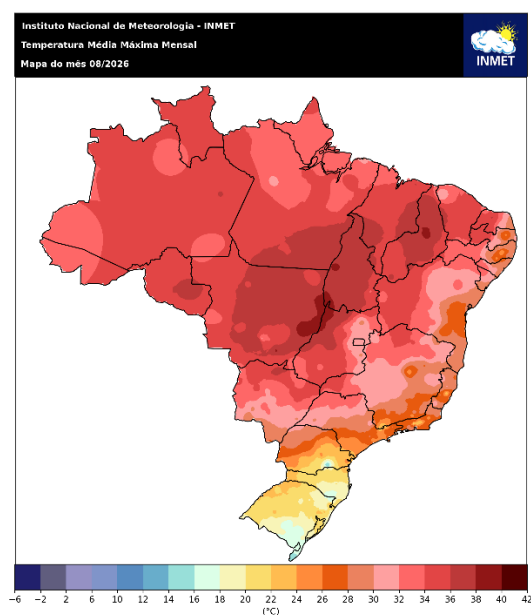
Na Região Norte, as temperaturas máximas médias mais elevadas foram registradas no estado do Tocantins, com destaque para os municípios de Marianópolis do Tocantins (TO), com 38,1 °C, Araguaçu (TO) e Formosa do Araguaia (TO), com 37,9 °C e Palmas (TO), com 37,8 °C. Na Região Nordeste, as temperaturas máximas médias mais elevadas concentraram-se no estado do Piauí, onde os maiores valores foram observados em Oeiras (PI), com 38,6 °C, Castelo do Piauí (PI), com 37,8 °C, Campo Maior (PI), 37,7 °C e Teresina (PI), com 37,6 °C. Na Região Centro-Oeste, as maiores temperaturas máximas médias ocorreram nos estados do Mato Grosso e Goiás, em que se destacam os municípios de Nova Xavantina (MT), com 39,0 °C, Cocalinho (MT), Novo Santo Antônio (MT) e São Miguel do Araguaia (GO), com 38,3 °C e Rondonópolis (MT), com 38,1 °C. Na Região Sudeste, as temperaturas máximas médias mais elevadas ocorreram no estado de Minas Gerais, com destaque para Januária (MG), com 34,8 °C, Ituiutaba (MG), com 34,6 °C e Moçambinho (MG), com 34,4 °C. Na Região Sul, as maiores temperaturas máximas médias concentraram-se no estado do Paraná, onde os maiores valores registrados foram em Diamante do Norte (PR), com 30,6 °C; Cidade Gaúcha (PR), com 29,5 °C; Goioerê (PR) e Maringá (PR), com 28,7 °C.

As temperaturas mínimas médias registradas em agosto foram superiores a 16 °C em toda a Região Norte, Região Nordeste, além de Mato Grosso, grande parte de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, leste do Rio de Janeiro, oeste de São Paulo e noroeste do Paraná (tons de amarelo, laranja e azul-claro na Figura 3b). As menores temperaturas mínimas médias, entre 6 °C e 12 °C (tons de azul-escuro na Figura 3b), foram registradas nas áreas serranas das regiões Sudeste e Sul, na faixa que abrange os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, além do extremo sul do Paraná, centro e leste de Santa Catarina e porções sul e nordeste do Rio Grande do Sul. Esse comportamento é resultado de

massas de ar frio mais intensas e frequentes sobre a Região Sul, porém não houve avanço destas de forma mais intensa sobre áreas das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Na Região Norte, as menores temperaturas mínimas médias em agosto foram registradas no estado do Tocantins, com destaque para Rio Sono (TO), com 16,3 °C, Lagoa da Confusão (TO), com 17,3 °C e Mateiros (TO), com 17,6 °C. Na Região Nordeste, os menores valores foram concentrados nos estados da Bahia e Piauí, destacando-se os municípios de Vitória da Conquista (BA), com 14,3 °C, Correntina (BA) com 15,2 °C, Corrente (PI) e Irecê (BA), com 16 °C. Na Região Centro-Oeste, as menores temperaturas mínimas médias ocorreram em Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, com destaque para Cristalina (GO), com 14,3 °C; Águas Emendadas (DF), com 14,6 °C, Alto Paraíso de Goiás (GO) e Amambaí, com 15,2 °C. Na Região Sudeste, as menores temperaturas mínimas médias foram observadas em Minas Gerais e São Paulo, destacando-se Monte Verde (MG), com 8,9 °C, Caldas (MG), com 9,3 °C, Maria da Fé (MG), com 9,6 °C e Campos do Jordão (SP), com 9,8 °C. Na Região Sul, os menores valores médios de temperatura mínima foram concentrados no Rio Grande do Sul, com destaque para São José dos Ausentes (RS), com 7,9 °C, Santa Vitória do Palmar (RS) e São Francisco de Paula (RS), com 9,6 °C e Vacaria (RS), com 9,7 °C.

(a)



(b)

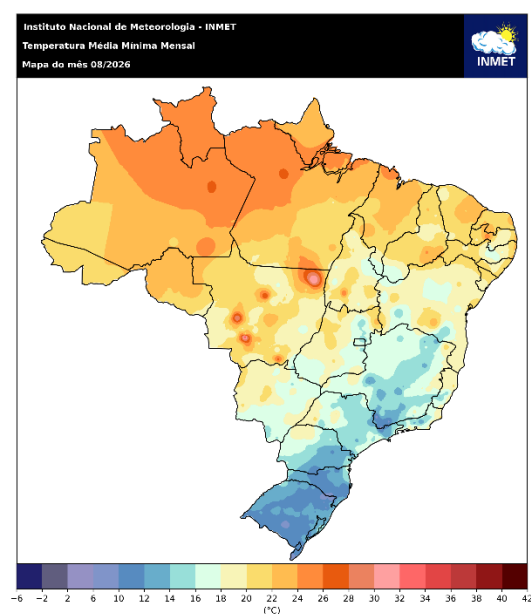


Figura 3 – Temperatura máxima média (a) e temperatura mínima média (b) do ar (°C) observadas em agosto de 2026. Fonte: INMET.

3. Prognóstico agroclimático para o período de setembro, outubro e novembro de 2026

Região Norte

O modelo objetivo multimodelo, desenvolvido em cooperação entre o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Centro de Previsão de Tempo e Clima do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE) e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), indica, para o trimestre setembro-outubro-novembro (SON), predomínio de chuvas inferiores à média climatológica em grande parte da Região Norte, podendo chegar a 200 mm abaixo da média na divisa entre os estados do Amazonas e Roraima, bem como a porção noroeste do Pará (tons em laranja e laranja-escuro na Figura 4a). Em relação à temperatura do ar, são previstos valores acima da média climatológica para a maior parte da região, com anomalias de até 3 °C no leste do Amazonas, no sul de Roraima e em áreas do Sudoeste do Pará (tons em vermelho na Figura 4b).

A previsão de armazenamento de água no solo para o início do trimestre indica que os níveis superiores a 60% da Capacidade de Água Disponível (CAD) deverão ocorrer de forma mais restrita, concentrando-se principalmente no noroeste do Amazonas e oeste de Roraima (tons em azul e verde na Figura 5a). Nessas áreas, os maiores estoques hídricos do solo tendem a proporcionar condições mais favoráveis à manutenção da vegetação nativa, à conservação das pastagens e ao atendimento da demanda hídrica de culturas perenes e sistemas produtivos de subsistência da região. No início do trimestre, a previsão indica que o déficit hídrico deverá apresentar-se mais intenso no Amapá, Tocantins, centro-norte do Pará, além de áreas do leste de Roraima e do Amazonas (tons em vermelho na Figura 6a). A partir de outubro, a previsão indica deslocamento gradual das áreas com deficiência hídrica em direção ao norte da Região Norte, com os maiores valores previstos para o norte de Roraima, grande parte do Amapá e o extremo norte da região do Baixo Amazonas, com valores superiores a 150 mm.

Nesse cenário, a persistência da restrição hídrica, associada à ocorrência de temperaturas elevadas, poderá intensificar o estresse das culturas e demandar maior atenção nas áreas produtoras de arroz de várzea da região de Marajó, especialmente nas lavouras que encontrarem-se em fases mais sensíveis ao déficit hídrico, como floração e enchimento de grãos. Por outro lado, em Roraima, onde o milho de terceira safra deverá encontrar-se predominantemente nas fases de maturação e colheita, as condições de tempo seco previstas para o período tendem a favorecer a uniformidade da maturação, a secagem natural dos grãos no campo e o avanço das operações de colheita.

Região Nordeste

Para os próximos meses, são previstos volumes de chuva abaixo da média climatológica na Região Nordeste, com anomalias de até 100 mm em grande parte do Maranhão, sudoeste do Piauí, além do extremo oeste, nordeste e sul da Bahia (tons em laranja na Figura 4a). Em relação à temperatura do ar, a previsão indica valores acima da média histórica em toda a região, com anomalias positivas variando entre 0,5 °C e 2,0 °C na maior parte dos estados (tons em laranja na Figura 4b). Os maiores desvios são previstos para o Maranhão, o Piauí e a Bahia, bem como para o sul do Ceará e o oeste de Pernambuco.

A combinação de precipitações abaixo da média climatológica e temperaturas acima da média histórica indica uma tendência de redução dos níveis de armazenamento de água no solo nos próximos meses (Figuras 5a, 5b e 5c). Esse cenário requer atenção especial às lavouras de milho de terceira safra no SEALBA (Sergipe, Alagoas e Bahia) e em Pernambuco, onde a disponibilidade hídrica prevista poderá ser insuficiente para atender às necessidades fisiológicas da cultura, aumentando o risco de estresse hídrico e de redução da produtividade. Por outro lado, condições relativamente mais favoráveis de umidade no solo deverão ocorrer na faixa litorânea leste do Nordeste, abrangendo áreas de Pernambuco até a Bahia, ao longo do mês de setembro (tons em amarelo na Figura 5a). Nesse período, os níveis de armazenamento de água no solo tendem a permanecer entre 30% e 60% da Capacidade de Água Disponível (CAD). Nas lavouras mais tardias e ainda em fase de enchimento de grãos, a manutenção dessas condições hídricas poderá reduzir os efeitos do estresse hídrico, resultando em menor comprometimento do potencial produtivo.

A partir de outubro, o déficit hídrico tende a se intensificar e a se expandir em direção ao norte e o centro da Bahia, incluindo setores do Vale do São Francisco, além do oeste de Sergipe e de Alagoas (tons em vermelho na Figura 6b). Neste período, as lavouras estão predominantemente em fase de maturação e colheita, o predomínio de tempo seco deverá favorecer a uniformidade da maturação, a secagem natural dos grãos e o avanço das operações de campo. Para novembro, a previsão indica déficits hídricos superiores a 150 mm no centro-norte do Piauí, no norte do Maranhão, em grande parte do Ceará, no oeste do Rio Grande do Norte, no oeste da Paraíba, no oeste de Pernambuco, no oeste de Alagoas e no sertão de Sergipe. No extremo norte da Bahia, por outro lado, deverá ocorrer atenuação da deficiência hídrica (tons em vermelho na Figura 6c). De forma geral, o cenário previsto sugere restrição progressiva da disponibilidade hídrica no solo, com potencial impacto sobre as atividades agropecuárias, especialmente em áreas de sequeiro.

O agravamento da deficiência hídrica, associado às temperaturas mais elevadas, poderá comprometer o crescimento e a produção de biomassa das pastagens, especialmente nas áreas de sequeiro do Maranhão, Piauí, Ceará, oeste do Rio Grande do Norte, oeste da Paraíba, oeste de Pernambuco, sertão de Sergipe e semiárido baiano. Nessas regiões, são esperadas redução da oferta e da qualidade da forragem e diminuição da capacidade de suporte das pastagens,

podendo afetar o ganho de peso dos bovinos de corte e elevar os custos de produção devido à necessidade de suplementação alimentar.

Região Centro-Oeste

Para o trimestre setembro-outubro-novembro (SON), o prognóstico climático indica chuvas abaixo da média climatológica em grande parte do Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal, com desvios negativos de até 100 mm, principalmente no extremo norte e nordeste de Mato Grosso, bem como no norte de Goiás (tons em amarelo e laranja na Figura 4a). Em contraste, na maior parte de Mato Grosso do Sul a tendência é de chuvas acima da média histórica, com anomalias positivas de até 100 mm, sobretudo no sul do Mato Grosso do Sul (tons em azul na Figura 4a). Em relação à temperatura do ar, as previsões indicam valores acima da média histórica em toda a região, com anomalias de até 2 °C em Goiás, no Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (tons em laranja na Figura 4b).

A combinação de precipitações abaixo da média climatológica e temperaturas elevadas poderá intensificar a demanda evaporativa da atmosfera e agravar as condições de deficiência hídrica durante os meses setembro e outubro (tons em amarelo e laranja nas Figuras 6a e 6b). Desta forma, os níveis de armazenamento de água no solo poderão permanecer inferiores a 20% da capacidade de Água Disponível (CAD) em grande parte da região, exceto no sul do Mato Grosso do Sul, onde os níveis de umidade do solo devem permanecer mais elevados (tons em azul nas Figuras 5a e 5b).

Em setembro, as atividades agrícolas no Centro-Oeste estarão concentradas no encerramento da safra 2025/26. A estiagem deverá favorecer a colheita do algodão, milho de segunda safra e sorgo, reduzindo a necessidade de secagem artificial. No norte de Mato Grosso, o aumento da demanda evaporativa poderá elevar a necessidade de irrigação do feijão de terceira safra. Já no sul de Mato Grosso do Sul, as chuvas acima da média poderão dificultar a colheita do milho e do trigo, aumentando a umidade dos grãos e os custos de secagem e pós-colheita.

Em outubro, a deficiência hídrica e as altas temperaturas no sudoeste de Mato Grosso poderão prejudicar a germinação e o estabelecimento da soja, aumentando o risco de falhas e replantio. A menor disponibilidade de água também poderá favorecer incêndios, reduzir a qualidade das pastagens e afetar o desempenho do rebanho, ampliando a necessidade de suplementação alimentar.

Já em novembro, a previsão indica elevação dos níveis de armazenamento de água no solo em grande parte da região (tons em azul na Figura 5c), exceto no sudoeste de Mato Grosso e no norte de Mato Grosso do Sul. Esse cenário poderá favorecer o estabelecimento das lavouras de soja semeadas mais tardiamente, proporcionando melhores condições para

a germinação, a emergência e o desenvolvimento inicial das culturas. Por outro lado, para as lavouras semeadas mais cedo, o retorno das chuvas será um fator decisivo para a definição do potencial produtivo. Entretanto, a ocorrência de veranicos, mesmo que de curta duração, poderá prejudicar o florescimento e a formação das vagens, favorecendo o abortamento de estruturas reprodutivas e reduzindo o número de grãos por planta. Nas áreas em que as lavouras já tiverem atingido a fase de enchimento de grãos, períodos de deficiência hídrica poderão resultar em redução do peso dos grãos.

Região Sudeste

A previsão climática indica um forte gradiente de anomalias de precipitação entre o sul e o norte da Região Sudeste para o próximo trimestre, com chuvas acima da média em São Paulo e triângulo mineiro (áreas em azul-escuro na Figura 4a). Já nas áreas do centro-norte da região, destaca-se a previsão de chuvas abaixo da média, principalmente no centro-norte de Minas Gerais, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro (tons em amarelo e laranja na Figura 4a). Condições próximas à média climatológica estão previstas para o sul de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (áreas em branco na Figura 4a).

A temperatura média do ar prevista para o trimestre deverá permanecer acima da média climatológica em toda a Região Sudeste. Anomalias de até 1,0 °C são previstas para o sul e leste de São Paulo, sul e leste do Rio de Janeiro e leste do Espírito Santo (áreas em laranja na Figura 4b). Em Minas Gerais, oeste e norte de São Paulo, noroeste do Rio de Janeiro e oeste do Espírito Santo, a temperatura média do ar poderá apresentar anomalias entre 1,0 °C e 2,0 °C acima da média climatológica (tons de laranja-escuro na Figura 4b).

A previsão de armazenamento de água no solo ao longo do trimestre indica aumento gradativo dos níveis de umidade em boa parte da região, principalmente em novembro. Para setembro e outubro, os maiores níveis de armazenamento devem ficar restritos ao leste e nordeste de São Paulo, sul do Rio de Janeiro e sudeste de Minas Gerais, com valores superiores a 70% da capacidade de água disponível (tons de azul nas Figuras 5a e 5b). Em outubro, a situação tende a ser mais crítica no noroeste de São Paulo e em grande parte de Minas Gerais, onde os níveis de armazenamento ainda deverão permanecer abaixo de 30%, aumentando os riscos durante a semeadura e o estabelecimento da nova safra agrícola. Para novembro, a previsão indica níveis de água no solo mais elevados em grande parte da região, quando comparados aos meses anteriores. Entretanto, o norte de Minas Gerais e o Espírito Santo ainda deverão apresentar níveis inferiores a 30% da capacidade de água disponível (tons de laranja na Figura 5c). Essa condição tende a aumentar o risco de atraso na semeadura da soja em áreas de sequeiro, exigindo maior cautela na definição da época de semeadura, a fim de reduzir os riscos de baixa emergência, estabelecimento inadequado e necessidade de replantio.

Ao longo do trimestre, é esperado um aumento das áreas sob excedente hídrico na Região Sudeste. Em setembro e outubro, essa condição deverá permanecer mais restrita ao sul e leste de São Paulo. Em novembro, além dessas áreas, o excedente hídrico deverá se estender ao sudeste de Minas Gerais e ao Rio de Janeiro, com valores superiores a 30 mm (tons de azul nas Figuras 6a, 6b e 6c). Por outro lado, a previsão de déficit hídrico no norte e noroeste de Minas Gerais ao longo do trimestre merece atenção. Em setembro, são previstos déficits entre 30 e 100 mm; em outubro, entre 60 e 150 mm; e, em novembro, entre 10 e 60 mm no norte do estado. Esse cenário poderá afetar os níveis dos reservatórios utilizados para irrigação, especialmente em razão das elevadas taxas de evaporação associadas às altas temperaturas, à baixa umidade relativa do ar e à maior disponibilidade de radiação solar, aumentando a demanda por água para a manutenção das culturas irrigadas.

As previsões apontam para condições hídricas favoráveis ao desenvolvimento das culturas agrícolas em grande parte de São Paulo, no sul e sudeste de Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Nessas áreas, culturas como cana-de-açúcar, hortifruticultura e pastagens tendem a apresentar condições favoráveis de desenvolvimento. Entretanto, as temperaturas mais elevadas deverão aumentar a demanda evaporativa da atmosfera e, conseqüentemente, a necessidade de água das culturas por meio da evapotranspiração, exigindo maior disponibilidade hídrica para suprir essa demanda.

Durante o trimestre, o início da semeadura da soja em São Paulo e Minas Gerais poderá ser mais desafiador em Minas Gerais, devido à redução das chuvas, temperaturas elevadas e baixos níveis de água no solo, especialmente em setembro e outubro. O cenário poderá afetar principalmente as áreas de sequeiro e exigir atenção ao momento da semeadura e aos níveis dos reservatórios para irrigação. Em áreas cafeeiras de Minas Gerais e Espírito Santo, a irregularidade das chuvas e as altas temperaturas poderão prejudicar a florada e o potencial produtivo. Para milho, feijão e trigo, as condições previstas deverão favorecer o encerramento da colheita em Minas Gerais, enquanto, em São Paulo, as chuvas poderão dificultar as operações.

Região Sul

A previsão climática para o trimestre setembro-outubro-novembro (SON) indica chuvas acima da média climatológica em toda a Região Sul (áreas em azul-escuro na Figura 4a). Em relação à temperatura do ar, a previsão indica valores acima da média climatológica em toda a região, exceto no extremo sul do Rio Grande do Sul, onde são esperadas condições próximas à média (áreas em branco na Figura 4b). Os maiores desvios positivos estão previstos para o noroeste do Rio Grande do Sul, oeste e norte de Santa Catarina e todo o Paraná, com anomalias de até 1,0 °C (tons de laranja na Figura 4b). A previsão de acumulados significativos e maior frequência de chuvas tende a contribuir para temperaturas mínimas mais elevadas,

reduzindo a persistência e a intensidade de possíveis incursões de ar frio sobre a região.

A previsão de armazenamento de água no solo indica condições favoráveis ao longo do trimestre, com valores superiores a 90% da capacidade de água disponível em toda a Região Sul (tons de azul nas Figuras 5a, 5b e 5c). Esse cenário indica a manutenção de elevados níveis de umidade no solo, tornando necessário o acompanhamento das lavouras e o reforço das medidas de prevenção e controle fitossanitário, especialmente nos períodos mais críticos das culturas de inverno.

A previsão indica condições de excedentes hídricos em toda a Região Sul nos próximos três meses (tons de azul nas Figuras 6a, 6b e 6c). Em setembro, os maiores excedentes deverão se concentrar no sul do Paraná, centro de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, com desvios superiores a 100 mm (Figura 6a). Para outubro, estão previstos os maiores excedentes hídricos do trimestre, abrangendo áreas do sul do Paraná, praticamente toda Santa Catarina e o centro, oeste e norte do Rio Grande do Sul, com desvios superiores a 150 mm (Figura 6b). Em novembro, os maiores excedentes deverão ocorrer no noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, com desvios superiores a 130 mm (Figura 6c).

Diante deste cenário, as culturas de inverno deverão ser as mais afetadas pelo excesso de umidade, pois estas condições tendem a reduzir as janelas de tempo seco para a realização de manejos e controle fitossanitário, aumentando o risco de perdas na qualidade dos grãos ainda no campo. As dificuldades na colheita das culturas de inverno também podem repercutir no início da próxima safra de grãos, principalmente nas áreas de trigo que serão sucedidas pela soja. O excesso de umidade poderá atrasar a colheita e, conseqüentemente, reduzir as janelas disponíveis para a implantação da soja dentro do período ideal. Além disso, a combinação de chuvas frequentes e temperaturas elevadas poderá favorecer a ocorrência de doenças e dificultar o acesso de máquinas às lavouras e as operações de controle fitossanitário.

Para a cultura do milho, cuja semeadura já está em andamento e deverá prosseguir durante setembro no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a disponibilidade hídrica tende, de modo geral, a favorecer o desenvolvimento das lavouras. Entretanto, nas fases de pendoamento, floração e enchimento de grãos, a cultura apresenta maior demanda por radiação solar para alcançar maiores potenciais produtivos. As condições previstas de maior nebulosidade, principalmente em outubro e novembro, poderão reduzir a disponibilidade de radiação solar e limitar o desempenho produtivo das lavouras.

As condições previstas poderão dificultar a semeadura do arroz irrigado, especialmente em áreas com drenagem deficiente, aumentando o risco de atrasos e redução do potencial produtivo. Para as pastagens de verão, a disponibilidade hídrica e as temperaturas elevadas deverão favorecer o desenvolvimento das forrageiras, embora o excesso de umidade e a menor

radiação possam limitar o crescimento e o rebrote. O manejo do pastejo exigirá atenção para evitar o pisoteio excessivo e a degradação do solo.

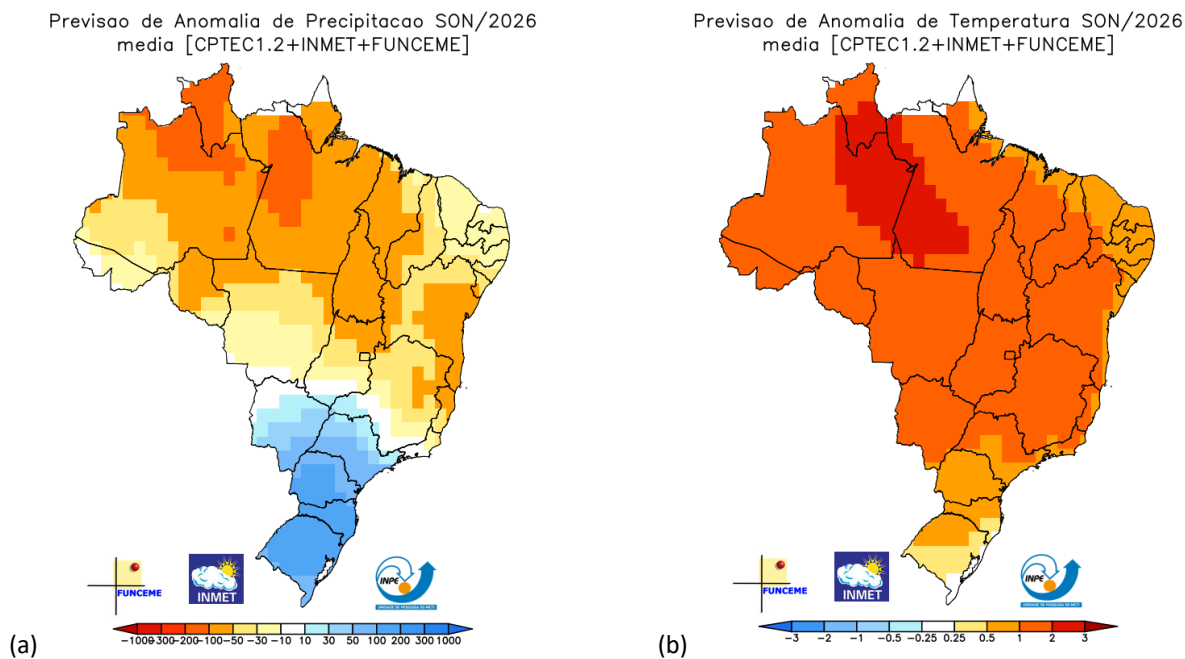


Figura 4 – Previsão sazonal de (a) anomalias de precipitação (mm) e (b) anomalias da temperatura média do ar (°C), obtida pelo modelo objetivo multimodelo INMET/CPTEC/FUNCCE, para o trimestre setembro-outubro-novembro (SON) de 2026. Fonte: INMET.

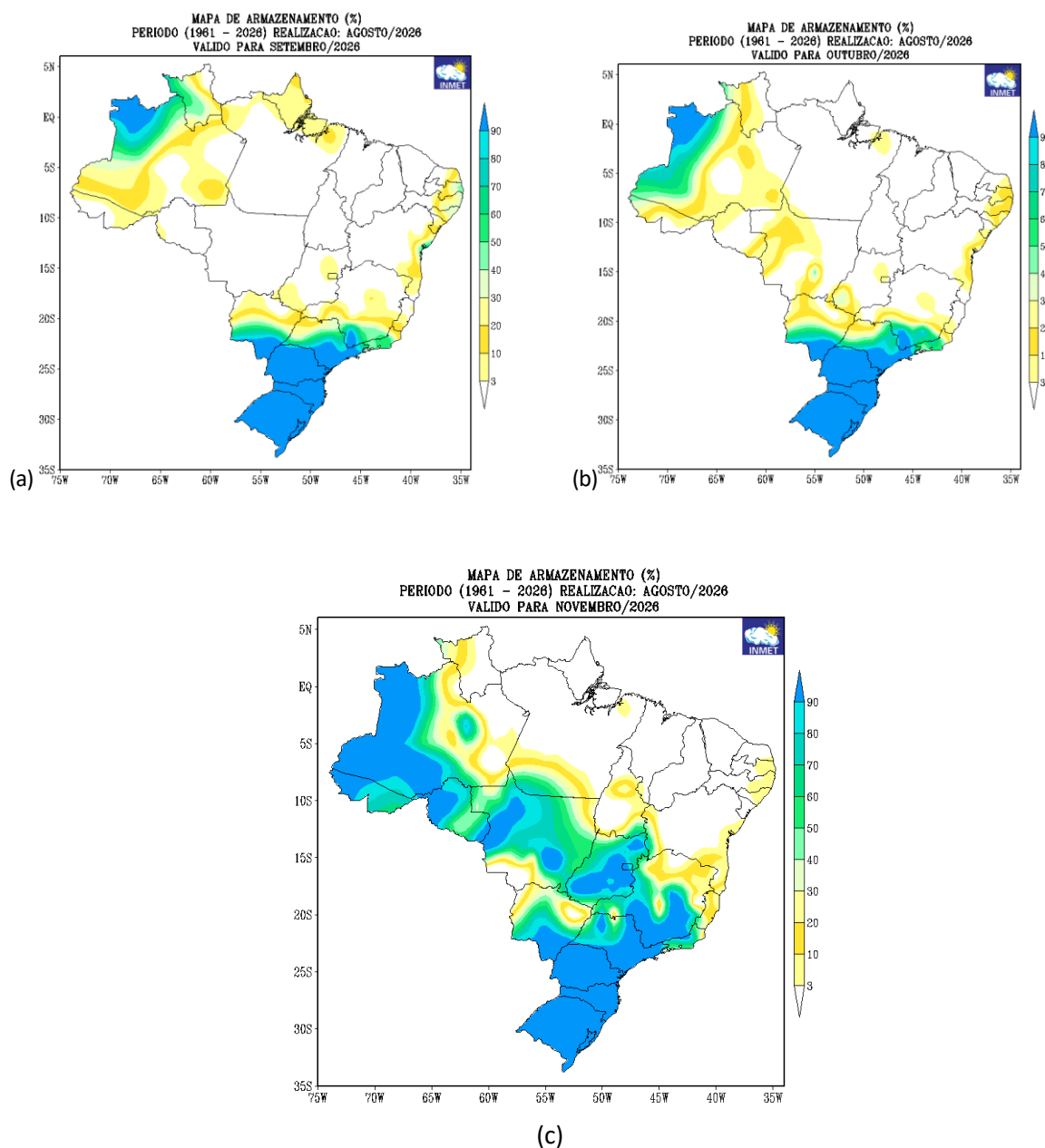


Figura 5 – Previsão do armazenamento relativo de água no solo (ARM/CAD, %) para (a) setembro, (b) outubro e (c) novembro de 2026, considerando capacidade de água disponível (CAD) de 100 mm. Fonte: INMET.

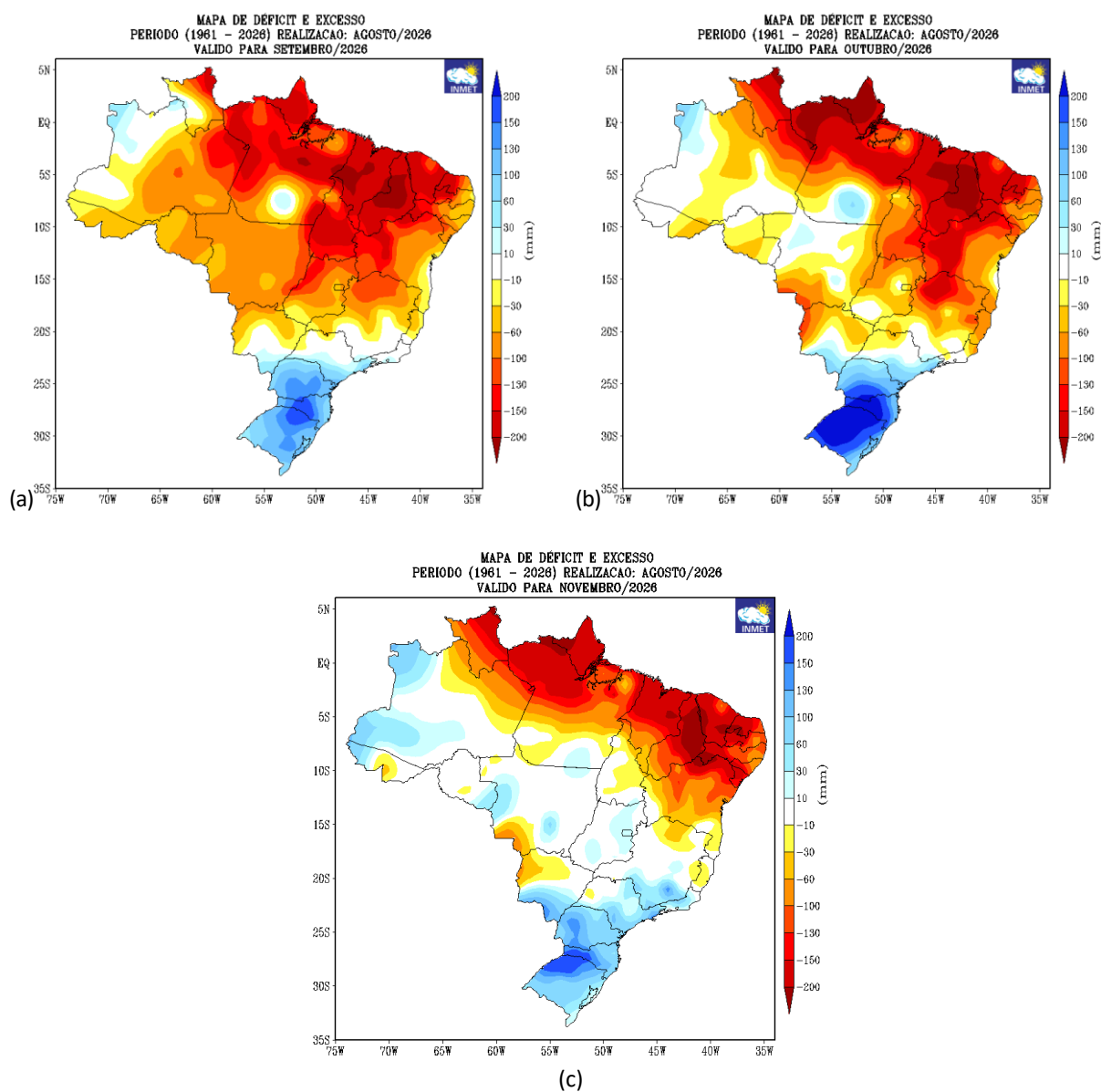


Figura 6 – Previsão de deficiência hídrica (DEF) e do excedente hídrico (EXC) (mm) para (a) setembro, (b) outubro e (c) novembro de 2026 no Brasil, considerando capacidade de água disponível (CAD) de 100 mm. Fonte: INMET.

4. Condições oceânicas observadas e tendências

A interação entre a superfície dos oceanos e a atmosfera exerce forte influência sobre as condições climáticas e meteorológicas em diversas regiões do mundo. No Brasil, fenômenos como o El Niño-Oscilação Sul (ENOS), associado ao Oceano Pacífico Equatorial, e o gradiente térmico do Oceano Atlântico Tropical, frequentemente denominado Dipolo do Atlântico, constituem importante mecanismo de variabilidade climática. De modo geral, quando as águas do Atlântico Tropical Sul apresentam temperaturas relativamente mais elevadas que as do Atlântico Tropical Norte, ocorre um favorecimento da convergência de umidade (chuvas mais frequentes) para a porção norte do Brasil, condição conhecida como Dipolo Negativo. Em contrapartida, quando as águas do Atlântico Tropical Norte se encontram relativamente mais aquecidas que as do Atlântico Tropical Sul, há uma tendência de redução das chuvas nessa região, caracterizando a condição de Dipolo Positivo.

Em agosto de 2026, a anomalia de Temperatura da Superfície do Mar (TSM) no Atlântico Tropical Norte foi de $+0,48\text{ }^{\circ}\text{C}$, enquanto no Atlântico Tropical Sul foi de $+0,51\text{ }^{\circ}\text{C}$. Esta condição, caracterizada por águas ligeiramente mais aquecidas no setor sul em relação ao setor norte, pode ser vista na Figura 7. Como o gradiente inter-hemisférico de TSM (Atlântico Norte menos Atlântico Sul) apresentou valor negativo e de pequena magnitude, o oceano manteve-se em uma condição próxima da neutralidade. Nessa situação, a influência do Atlântico Tropical sobre o posicionamento da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) tende a ser reduzida, favorecendo sua permanência próxima da posição climatológica média para o período.

Na região do Pacífico Equatorial, entre os dias 16 e 31 de agosto de 2026, observam-se anomalias positivas da Temperatura da Superfície do Mar (TSM) ao longo de grande parte da bacia oceânica (Figura 7). Nesse período, foram registrados valores entre $1,0\text{ }^{\circ}\text{C}$ e $4,0\text{ }^{\circ}\text{C}$ na faixa longitudinal compreendida entre 180° e 100°W , indicando o aquecimento das águas superficiais nas porções central e leste do Pacífico Equatorial. Destaca-se também um núcleo de aquecimento mais intenso próximo à costa oeste da América do Sul, entre 80°W e 90°W , com anomalias superiores a $4,0\text{ }^{\circ}\text{C}$.

Na região de referência para a definição do fenômeno ENOS, denominada Niño 3.4 (170°W e 120°W), o Índice Oceânico Relativo do Niño (RONI) atingiu $+1,78$ em agosto de 2026 (barra em vermelho na Figura 8), acima do valor registrado no mês anterior e do limiar de $+0,5$, indicando a manutenção da fase quente do fenômeno ENOS. O resultado confirma a persistência do aquecimento das águas superficiais do Pacífico Equatorial e reforça a configuração compatível com o El Niño. Cabe destacar que a caracterização oficial de um evento de El Niño requer que o índice na região Niño 3.4, calculado a partir da média móvel trimestral das anomalias de TSM, permaneça igual ou superior a $+0,5\text{ }^{\circ}\text{C}$ por, pelo

menos, cinco trimestres consecutivos e sobrepostos, além de apresentarem acoplamento consistente com as condições atmosféricas características do fenômeno.

A análise probabilística do modelo de previsão do ENOS, realizada pelo International Research Institute for Climate and Society (IRI), indica elevada probabilidade de continuidade das condições de El Niño ao longo dos próximos meses. Para o trimestre setembro-outubro-novembro de 2026 (SON/2026), a probabilidade de ocorrência do fenômeno El Niño é de 100% (barra em vermelho na Figura 9). Essa tendência persiste nos trimestres subsequentes, com probabilidade igualmente elevada de manutenção das condições de El Niño até o trimestre fevereiro-março-abril de 2027 (FMA/2027), indicando alta confiança na permanência do fenômeno ao longo do verão austral.

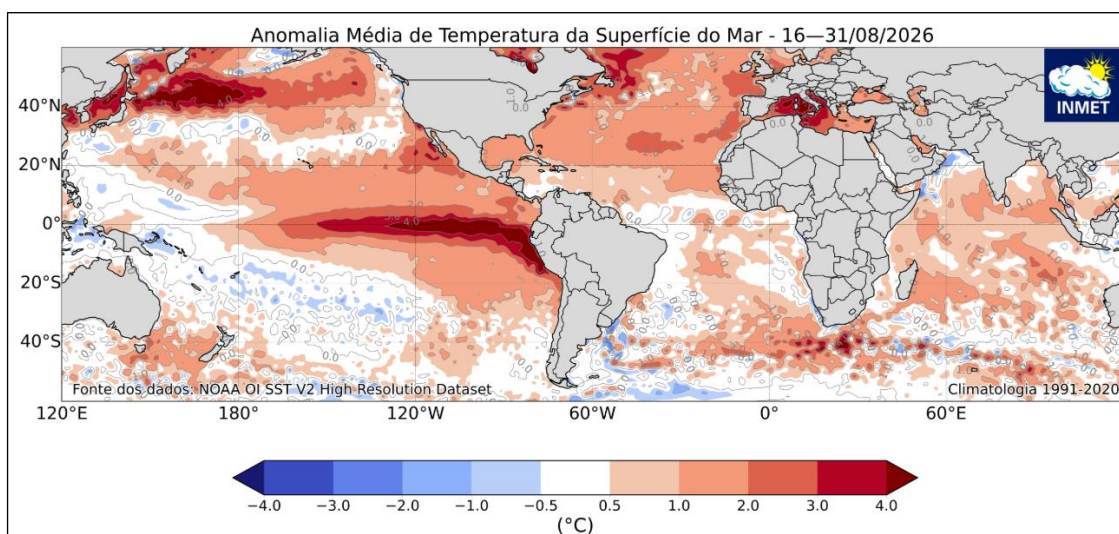


Figura 7 – Anomalia da Temperatura da Superfície do Mar (°C) entre os dias 16 e 31 de agosto de 2026. Fonte: NOAA.

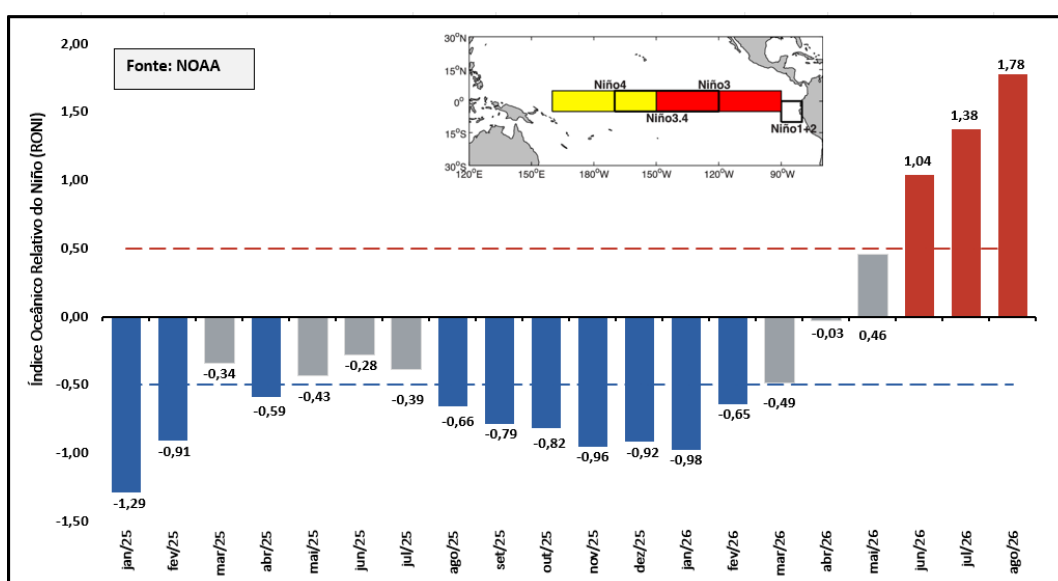


Figura 8 –Evolução mensal do Índice Oceânico Relativo do Niño (RONI) na região Niño 3.4. Fonte: NOAA.

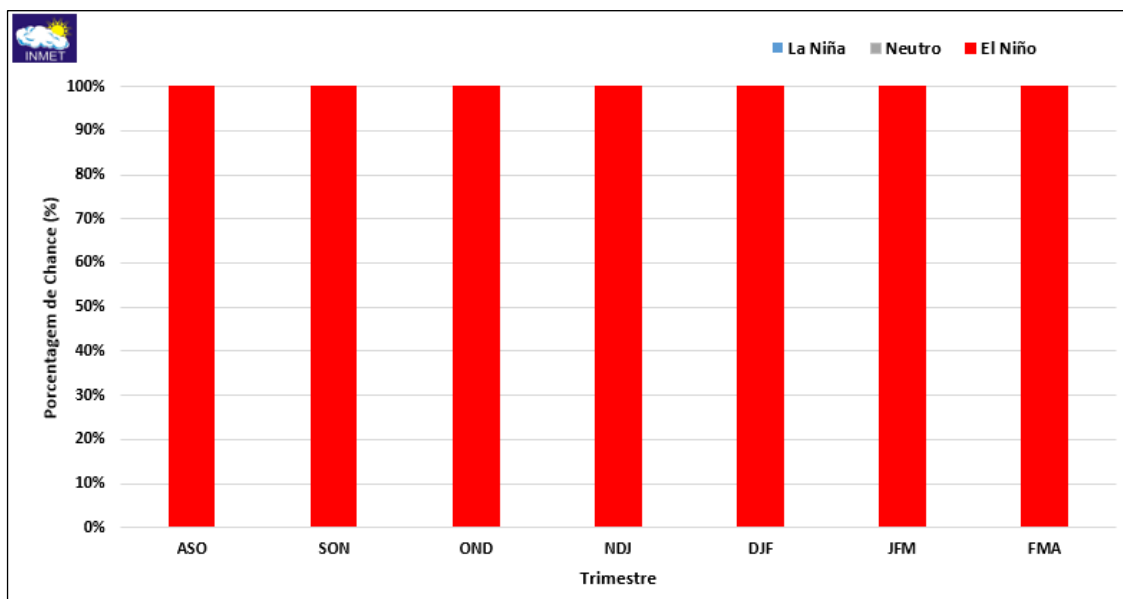


Figura 9 – Previsão probabilística de ENOS do IRI para ocorrência de El Niño ou La Niña. Fonte: Adaptado de IRI.



O **INMET** é um órgão do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e representa o Brasil junto à Organização Meteorológica Mundial (OMM) desde 1950.

Acompanhe detalhes da previsão do tempo, atualização de avisos meteorológicos e previsão climática em **portal.inmet.gov.br**

**Para mais informações
acompanhe nossas redes sociais:**



@inmet.official



@INMETBR



@inmet_